

Jonas Pereira



O embaixador Mello Mourão (E), ao lado de Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro, participou de reunião da comissão que discutiu a crise de Honduras

Comissão aprova repúdio ao cerco à embaixada em Honduras

O cerco militar à embaixada brasileira em Honduras – onde está refugiado o presidente afastado daquele país, Manuel Zelaya – contraria normas contidas na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, afirmou ontem a Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro. O requerimento aprovado pelo colegiado adverte que a vida de Zelaya e a inviolabilidade da missão brasileira devem ser preservadas a qualquer custo. O envolvimento do Brasil no episódio foi comentado em Plenário pelos senadores Arthur Virgílio e Antônio Carlos Valadares. **4 e 5**

Jane Araújo



Moreira Mariz



José Múcio (2º à esq.) visita Sarney, ao lado de Jucá, antes da decisão do Plenário por 46 votos favoráveis, 11 contrários e 1 abstenção. Senadores destacam papel do ministro na vida pública brasileira

Plenário acolhe indicação de José Múcio para o TCU

O Senado aprovou ontem a indicação de José Múcio Monteiro Filho, ministro de Relações Institucionais da Presidência da República, para integrar o Tribunal de Contas da

União (TCU). Ele recebeu os cumprimentos de mais de 20 senadores, inclusive do presidente do Senado, José Sarney, que destacou a contribuição do ministro e deputado licen-

ciado para a vida pública brasileira. Hoje, a Comissão de Constituição e Justiça começa a examinar a indicação de José Antonio Dias Toffoli para o Supremo Tribunal Federal. **3**

Senadores apoiam luta de municípios

Vários senadores apoiaram ontem em Plenário mobilização de prefeitos que ocorre hoje em Brasília. **2**

J. Freitas



Presidida por Valter Pereira (3º à dir.), audiência discutiu a regulamentação da clonagem de animais

Especialista afasta risco em animais clonados

Animais clonados não oferecem risco à saúde humana, segundo o doutor em genética Flávio Meirelles, um dos participantes de audiência no Senado. **8**

Situação financeira de prefeituras preocupa parlamentares, que cobram providências urgentes do governo federal

Senadores apoiam mobilização de municípios

SENADORES DE DIVERSOS partidos manifestaram em Plenário o seu apoio à mobilização dos prefeitos em Brasília, que ocorre hoje. Os prefeitos exigem do governo federal o cumprimento da promessa de compensar as prefeituras pela queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em razão dos benefícios fiscais concedidos pelo Executivo para o enfrentamento da crise econômica mundial.

O senador José Agripino (DEM-RN) pediu que o presidente do Senado, José Sarney, que preside a Mesa do Congresso, convoque ainda para esta semana uma reunião conjunta das duas Casas – Senado e Câmara –, a fim de votar em regime de urgência projeto do Executivo que destina recursos aos municípios para salvá-los da inadimplência.

– No meu estado, 44 municípios fecharam as portas e não fazem nada – disse Agripino.

Marconi Perillo (PSDB-GO) ressaltou que várias prefeituras estão “falidas e de pires na mão, porque não têm receita suficiente para arcar com suas despesas”. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA) se disse indignado “por toda essa situação por que passam os municípios brasileiros”. Ele reconheceu que a decisão do governo federal de reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi necessária como medida de enfrentamento da crise internacional, mas condenou a escolha de um imposto cuja arrecadação é em parte destinada aos municípios.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ressaltou que a grave situação enfrentada pelas prefeituras não é de responsabilidade dos prefeitos, mas do governo federal, que tem que cumprir a promessa de recomposição das perdas dos municípios.

– Há prefeitos que estão com o seu FPM absolutamente zerado. E esse zero é transferido para a educação, para a saúde, para a assistência social – afirmou Garibaldi.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) reclamou da situação em que se encontram os municípios do seu estado.

– O presidente da República diz que a crise passou, mas o FPM não foi recomposto. Os recursos que foram prometidos para compensar a diferença do FPM em relação aos valores recebidos em 2008 só foram até maio – explicou Rosalba.



José Agripino



Marconi Perillo



Flexa Ribeiro



Garibaldi Alves



Rosalba Ciarlini

Prefeitos voltam a Brasília para pedir compensações de perdas

Após a 12ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, promovida em julho, prefeitos de todo o país retornam à capital federal hoje, em mobilização contra a queda das receitas na administração municipal.

O evento é organizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) e começa às 9h no Auditório Petrônio Portela, no Senado.

Os prefeitos querem discutir os efeitos negativos da crise econômica nas finanças municipais. Para enfrentar a crise, o governo promoveu reduções de impostos que acarretaram per-

da de arrecadação com impacto no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Também tratarão de perdas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e da regulamentação da Emenda Constitucional 29, que fixa percentuais mínimos a serem investidos em saúde pela União, por estados e municípios. Outros temas serão o parcelamento das dívidas previdenciárias e o novo marco regulatório do pré-sal, com a divisão dos royalties do petróleo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário analisa proposta sobre a Caatinga

A sessão deliberativa do Plenário tem início às 14h. Na pauta, a PEC 32/08, que inclui a Caatinga o Cerrado entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Congresso homenageia educação profissional e tecnológica

O Congresso realiza hoje, Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico, às 10h, no Plenário do Senado, sessão solene em comemoração ao centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Gerson Camata (PMDB-ES) é autor do projeto que instituiu a data comemorativa. Na sessão, haverá a obliteração do selo comemorativo

do centenário e apresentação do quinteto de sopro do Instituto Federal de Mato Grosso – *campus* Cuiabá. Foram convidados o vice-presidente da República, José Alencar; os ministros da Educação, Fernando Haddad, e das Comunicações, Hélio Costa; e o presidente da Federação Nacional dos Técnicos Industriais (Fentec), Wilson Wanderlwi Vieira.

Audiência conjunta debate estrutura do sistema de defesa da concorrência

Audiência conjunta, às 8h30, das comissões de Meio Ambiente (CMA), de Infraestrutura (CI), de Ciência e Tecnologia (CCT) debate, entre outros assuntos, projeto que estrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência. Estão convidados o professor da UnB Antônio

Augusto Brandão de Aras; o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Mota Sardenberg; e o presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico (Cade), Arthur Sanchez Badin, entre outros.

Audiência sobre expulsão de brasileiros que vivem na Bolívia

Denúncia publicada na imprensa sobre suposta intenção do governo da Bolívia de expulsar 20 famílias brasileiras que vivem na fronteira será discutida na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), às 10h. Na audiência pública, será ouvido o diretor do Departamento das Comunidades de Brasileiros no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores, ministro Eduardo Gradilone Neto.

Leite especial gratuito para filho de portadora do vírus HIV

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne para examinar projeto que garante aos filhos de portadoras de HIV o direito de receber leite especial para evitar o contágio pela amamentação. Em análise na comissão, encontra-se também projeto que trata da distribuição gratuita de medicamentos de uso contínuo pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e proposta que regulamenta a atividade do trabalhador diarista.

CCJ realiza debate sobre utilização de trabalho temporário na área rural

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) realiza audiência, às 9h, para debater projeto que permite a utilização do trabalho temporário na área rural. Foram convidados os presidentes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Fábio Leal Cardoso; da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

(Contag), Alberto Ercílio Broch; o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, entre outros. Às 10h, com 46 itens na pauta, o colegiado examina projeto que estabelece norma para provimento de cargos e empregos de agentes comunitários de saúde e analisa proposta que prevê pena de castração química para pedófilo.

CPI das ONGs realiza reunião administrativa

A comissão parlamentar de inquérito que apura a liberação de recursos públicos para organizações não governamentais (ONGs) e para organizações de sociedade civil de interesse público (Oscips) tem reunião administrativa às 11h.

Mudanças Climáticas discute livro

Os parlamentares que integram a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) realizam debate em conjunto com três comissões da Câmara dos Deputados, às 14h, sobre o livro *Impacto virtuoso do polo industrial de Manaus sobre a proteção da Floresta Amazônica: discurso ou fato?* A obra é organizada pelos professores Alexandre Rivas, José Aroudo Mota e José Alberto da Costa Machado.

Nova agência de desenvolvimento para o Centro-Oeste

Às 9h30, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) tem sete itens na pauta, entre eles o projeto que cria a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Oeste e o que veda a instalação de presídios em cidades turísticas.

Apresentação do servidor Daniel no Pratas da Casa

O programa Senado Cultural apresenta, às 19h, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, dentro do projeto Pratas da Casa – que divulga o trabalho artístico dos servidores –, *show* de Daniel Reis, que interpretará canções de Raul Seixas e Roberto Carlos.

Sarney recebe embaixador do Peru e presidente da CNM

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h30 na sala de audiências, o embaixador do Peru, Hugo de Zela; e, às 12h30, o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski. Às 16h, preside a ordem do dia.

Programa poderá financiar construção de escolas para o ensino infantil

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza audiência, às 10h, para debater proposta que cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (Pronei), que financia a construção de unidades de ensino infantil. A comissão vai ouvir o presidente da

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undine), Carlos Eduardo Sanches; o representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Leopoldo Jorge Alves Júnior; e a professora da UnB Maria de Fátima Guerra de Sousa.

Ministro de Relações Institucionais recebeu a aprovação dos senadores, no mesmo dia, na Comissão de Assuntos Econômicos e no Plenário

Senado aprova indicação de José Múcio para TCU

COM 46 VOTOS favoráveis, 11 contrários e 1 abstenção, os senadores aprovaram ontem a indicação de José Múcio Monteiro Filho, atual ministro de Relações Institucionais da Presidência da República, para integrar o Tribunal de Contas da União (TCU). Múcio foi indicado para o cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e recebeu os cumprimentos de mais de 20 senadores, inclusive do presidente do Senado, José Sarney, que destacou a contribuição do ministro e deputado licenciado pelo PTB de Pernambuco para a vida pública brasileira.

As manifestações de apoio a Múcio ocorridas no Plenário, prévias à votação, foram similares às ocorridas pela manhã na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde os senadores se sucederam em elogios ao indicado. O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que a decisão do Plenário referendava a trajetória de vida de José Múcio.

Também falaram, em nome dos líderes de seus partidos, os senadores por Pernambuco Marco Maciel (DEM-PE), para quem o novo ministro vai desempenhar com correção e competência a sua nova atribuição, e Sérgio Guerra (PSDB-PE), que disse serem a cordialidade, a conduta ílibada e a honestidade as marcas principais de José Múcio. O senador Renan Calheiros (AL), falando pelo PMDB, afirmou que José Múcio Monteiro é "um homem público da melhor qualidade" e repre-



José Múcio (2º à esq.) em sabatina na CAE, entre Inácio Arruda (E), Garibaldi Alves, Gim Argello e Francisco Dornelles

senta um consenso no Senado e no país. Gim Argello (DF), pela liderança do PTB, exaltou as qualidades do escolhido e manifestou sua confiança de que representará muito bem o Legislativo no TCU.

Além dos elogios ao novo ministro, senadores aproveitaram para cumprimentar especificamente o presidente Lula pela escolha. Esse foi o caso de Cristovam Buarque (PDT-DF), Francisco Dornelles (PP-RJ), Gerson Camata (PMDB-ES), Marconi Perillo (PSDB-GO), Valter Pereira (PMDB-MS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), que destacaram a capacidade agregadora e a unanimidade em torno de si que José Múcio conseguiu amearhar.

Ainda declararam admiração pela cordialidade e prontidão de José Múcio os senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA),

Magno Malta (PR-ES), Gilberto Goellner (DEM-MT), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Paulo Paim (PT-RS), que ressaltou a atuação de José Múcio como deputado federal.

Competência técnica

Já os senadores Eliseu Resende (DEM-MG) e César Borges (PR-BA) destacaram a competência técnica como engenheiro, que trabalhou em grandes obras públicas do país, como a Rodovia Rio-Santos e a Ponte Rio-Niterói. Tião Viana (PT-AC) desejou pleno êxito a José Múcio, dizendo que ele reúne todas as condições para exercer as funções de ministro do TCU, que, conforme observou, tem evoluído como instituição.

Já os senadores Mário Couto (PSDB-PA) e Alvaro Dias (PSDB-PR) aproveitaram o momento para, além de parabenizar o

novo ministro, manifestar opinião sobre assuntos correlatos. Couto cobrou da base do governo a mesma agilidade que imprimiu ao exame do nome de José Múcio pelo Senado para votar o projeto do senador Paulo Paim que beneficia os aposentados e tramita na Câmara. Alvaro Dias (PSDB-PR) questionou o atual formato de escolha dos conselheiros dos tribunais de contas que, em sua avaliação, deveriam ser submetidos a concurso público.

– Esse modelo de escolha não é correto, passa a ideia de que o governador de estado e o presidente da República nomeiam alguém para julgar suas próprias contas em seu próprio benefício. O concurso público busca o mérito, é democrático e premia o esforço dos que estudam. Essa é uma função técnica e exige conhecimento técnico.

SARNEY ELOGIA TRABALHO DE VILAÇA

Durante os cumprimentos pela escolha de José Múcio para o TCU, o senador José Sarney destacou a trajetória do ministro aposentado do tribunal de contas, Marcos Vilaça, cuja vaga será ocupada por José Múcio. Para Sarney, a dedicação pública de Vilaça fica demonstrada pelo fato de o ministro ter recebido das mãos do presidente Lula, no último mês de maio, a medalha-prêmio pelos 50 anos de serviço público. José Sarney ainda salientou a contribuição de Marcos Vilaça, que integra a Academia Brasileira de Letras (ABL), para a vida cultural do país. Também o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), ao elogiar o novo ministro, citou o trabalho de Marcos Vilaça no TCU.

EMBAIXADOR NA CROÁCIA

O Plenário aprovou o nome de Luiz Fernando Gouvêa de Athayde, por 42 votos a 9, para ser embaixador do Brasil na Croácia. Gouvêa, em sabatina na Comissão de Relações Exteriores, disse que buscará o apoio da Croácia à pretensão do Brasil de obter um assento no Conselho de Segurança da ONU.

Plenário autoriza contratação de crédito a União e Pernambuco

Os senadores aprovaram três projetos de resolução (PRS) que autorizam empréstimos externos e aditivo a contrato celebrado com a União. As propostas vão à promulgação.

O PRS 59/09 autoriza a União a contratar crédito com o Banco Mundial, no valor de US\$ 235 milhões, destinados a financiar parte do Projeto de Investimento para a Qualificação do SUS. O relator na CAE foi Tião Viana (PT-AC).

Outra proposta (PRS 60/09) autoriza Pernambuco a contratar crédito também com o Banco

Mundial, de US\$ 154 milhões, para o Programa de Desenvolvimento da Educação e Gestão Pública do estado. A matéria foi relatada na CAE por Renato Casagrande (PSB-ES). Arthur Virgílio (PSDB-AM) registrou o empenho dos três senadores pernambucanos pela aprovação.

Já o PRS 61/09, relatado na CAE por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), autoriza um segundo termo aditivo ao contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos entre a União e o Rio Grande do Norte.

Decisão da CAE facilita empréstimo a programa emergencial de estados

Contratos do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal (PEF) poderão exceder limites estabelecidos em norma que regulamenta o crédito interno e externo a esses entes federativos. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e vai agora ao exame do Plenário.

A proposta (PRS 58/09), de autoria de Tião Viana (PT-AC), altera o artigo 7º da Resolução 43/01 do Senado, que contém

regras para essas autorizações de operações de crédito. O objetivo do projeto é evitar que as operações no âmbito do PEF sejam restringidas ou até mesmo inviabilizadas em razão dos limites de endividamento de que trata a referida resolução.

Para Tião Viana, a medida não acarretará em contratação de operações à revelia da capacidade de pagamento do tomador e não contribuirá para o aprofundamento dos desequilíbrios financeiros de estados, municípios e do DF.

CCJ inicia análise do nome de Toffoli para o Supremo

A indicação do advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) abre a pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h. Toffoli foi indicado pelo presidente Lula para a vaga aberta com a morte do ministro Carlos Alberto Direito.

Lida no Plenário do Senado na sexta-feira, a mensagem presi-

dencial (MSF 185/09) que trata da designação será relatada na CCJ pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

A opção de Lula pelo nome de Toffoli vem causando controvérsias. Parlamentares de oposição, como Alvaro Dias (PSDB-PR), criticaram a decisão, sob o argumento de que o advogado é muito jovem (41 anos), tem ligação com o PT e não teria "notório saber jurídico".

Mesmo com a entrega do relatório de Dornelles na reunião de hoje, a votação da matéria não é automática. Primeiro, será feita a leitura, para início de discussão. A audiência para sabatina do indicado está sendo cogitada para o dia 30. Após, havendo acolhimento ao nome do advogado-geral, a mensagem presidencial seguirá ao Plenário do Senado, para decisão final.

"Lula fez indicação política e não técnica", critica Mão Santa

Mão Santa (sem partido-PI) criticou, ontem, a indicação do atual advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, feita pelo presidente Lula. Para o senador, a indicação é política e não técnica.

– Ele está botando filiado do PT. Daqui a pouco a Suprema Corte é um clube do PT – afirmou Mão Santa.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) questionou os critérios adotados pelo presidente Lula para a escolha de Toffoli. Mozarildo disse que seria melhor para o país que os ministros do STF tivessem mandato de dez anos e que suas indicações esti-

vessem condicionadas à idade mínima de 50 anos.

Segurança pública

Mão Santa também acusou o governo federal de ser omissivo na questão da segurança pública. Para ele, o Brasil nunca esteve tão violento. O senador leu trechos de artigo do ex-deputado e jornalista Tomaz Teixeira, do Piauí, que responsabiliza o governo federal, o Congresso Nacional e a Justiça pela "onda de violência sem precedentes na história do Brasil".

– O governo não vai bem em segurança. Vivemos numa barbárie, a criminalidade é muita. E isso chegou até no meu pacato Piauí – lamentou o senador.



Mão Santa acusa governo federal de ser omissivo quanto à segurança pública

Mão Santa pediu apoio para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 300/08, do deputado federal Arnaldo Faria de Sá, que estabeleça que a remuneração dos policiais e bombeiros militares dos estados não pode ser inferior à da Polícia Militar do Distrito Federal.



Em Montevidéu, Alejandro Zavala (E), Juan Dominguez e Federico Gomensoro

Em outubro, música será aliada do Parlasul pela integração regional

A música entra em cena, no mês de outubro, para dar um toque mais humano à integração regional. Cantores e grupos da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Chile ocuparão o palco do Teatro Solís, de Montevidéu, durante as quatro segundas-feiras do próximo mês, dentro da série Latinoamericana – Música para La Integración, copatrocinaada pelo Parlamento do Mercosul, pelo Centro de Formação para a Integração Regional (Cefir) e pelo Mercociudades.

A cada semana, haverá um representante do Uruguai e outro de um país convidado. Na primeira segunda-feira, a cantora Ana Prada recebe a brasileira Tiê. Na seguinte, será a vez de Martina Gadea cantar com a paraguaia Jimena Sánchez. O grupo uruguiaño Buceo Invisible dividirá o palco na

terceira semana com o grupo argentino Bicicletas. E na última segunda-feira, os uruguiaños do Sonido Top estarão com os chilenos Los Tres.

Segundo o presidente do Parlasul, o uruguiaño Juan José Domínguez, a música é o caminho mais rápido para alcançar o coração das pessoas. E a integração por meio da música tem um papel a desempenhar na integração dos povos dos países que integram o Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. “Existe um rio subterrâneo da integração, que é a cultura”, lembrou Domínguez.

O deputado brasileiro Dr. Rosinha (PT-PR) ressaltou o papel da cultura na aproximação dos povos da América do Sul: “Enquanto o comércio mexe com o bolso, a cultura musical está ligada ao espírito”.



Paulo Paim, Magno Malta, Romeu Tuma, Thiago Tavares e Ana Lucia Melo

Claro, Net e Telefônica aderem a cooperação contra pedofilia

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia assinou ontem termo de ajuste de conduta (TAC) com as empresas Claro, Net e Telefônica. De acordo com o termo, informou o presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), a quebra de sigilo telefônico pode ser feita em até 24 horas, se houver risco de violência contra criança ou adolescente, ou em duas horas, quando houver risco iminente de morte para a vítima.

Para o senador, a assinatura do TAC é importante pela possibilidade de multar em R\$ 25 mil as empresas que descumprirem o prazo de liberação das informações. Malta salientou que é necessário haver rapidez na liberação das informações para que a criança tenha sua integridade física e moral preservada.

A CPI da Pedofilia assinou o documento também com o Ministério Público Federal e estaduais, Polícia Federal e Sarnet Brasil. O TAC já havia sido assinado pela Vivo, TIM e Oi.

– Ao assinar o termo, fechamos um círculo em torno dos criminosos, que vai facilitar a vida das autoridades para fazer a punição – disse Magno Malta. O presidente da CPI também destacou a importância da realização de campanhas publicitárias e informativas que esclareçam sobre o crime de pedofilia no Brasil. Malta salientou que a sociedade e a família têm papel fundamental no combate à pedofilia. Embora o Legislativo contribua de forma eficiente ao elaborar leis mais rígidas para punir os pedófilos, os pais têm a obrigação de ensinar seus filhos a se protegerem, assinalou.

Prorrogação

Magno Malta informou que apresentou requerimento à Mesa do Senado pela prorrogação das atividades da comissão por mais seis meses. O parlamentar disse que a sociedade não quer o encerramento dos trabalhos, uma vez que a CPI ainda precisa realizar acareações, aprovar propostas legislativas e realizar audiências públicas nos estados para conscientizar a sociedade.

Diplomata nega articulação do governo brasileiro para o retorno a Honduras do presidente deposto Manuel Zelaya; com algumas ressalvas, senadores defendem abrigo concedido pela embaixada

Comissão aprova voto de repúdio ao cerco militar à embaixada brasileira em Honduras

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem requerimento para que seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à embaixada do Brasil em Tegucigalpa. O voto de censura é estendido “à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya”.

O documento, que ainda será votado pelo Plenário, foi apresentado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e teve como primeiro signatário o senador Aloizio Mercadante (PT-SP). O cerco militar à embaixada do Brasil, segundo o texto da moção aprovada, “contraria frontalmente as responsabilidades do Estado hospedeiro” consagradas na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

O requerimento aprovado pela comissão adverte que a vida de Manuel Zelaya e a inviolabilidade da missão diplomática do Brasil em Honduras devem ser preservadas a qualquer custo.

Também conclama a comunidade internacional – especialmente o Conselho de Segurança da ONU e o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) – a intervir no conflito contra o governo instalado em Tegucigalpa.



Jonas Pereira

Embaixador Mello Mourão (E), ao lado de Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro, explica posição brasileira. Debate tem a participação de Antônio Carlos Valadares (à esq., na foto abaixo), Eduardo Suplicy, Flávio Torres, Mesquita Júnior e João Tenório



Jonas Pereira

Embaixador nega participação do governo brasileiro em retorno

O embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, diretor do Departamento para a América Central e Caribe do Ministério das Relações Exteriores, negou que o governo brasileiro tenha participado ou tomado conhecimento com antecedência do retorno do presidente deposto, Manuel Zelaya, a Honduras. Mello Mourão foi ouvido no começo da tarde de ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em reunião extraordinária que debateu o cerco à embaixada do Brasil em Tegucigalpa.

Durante a reunião, todos os senadores que se pronunciaram repudiaram o cerco militar e o corte no fornecimento de energia elétrica, água e telefone na embaixada. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) questionou se o governo interino de

Honduras teria tomado a mesma atitude de cortar as necessidades básicas da embaixada dos Estados Unidos se Zelaya tivesse buscado refúgio lá.

O presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), indagou a Mello Mourão quem poderia intervir para tentar contornar o impasse. O diplomata informou que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, já buscou o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do governo norte-americano.

República de bananas

Renato Casagrande (PSB-ES) defendeu a postura de acolher Manuel Zelaya, mas opinou que, se o Brasil participou do planejamento ou colaborou com o retorno de Zelaya a Honduras, o governo errou. João Tenório (PSDB-AL) disse temer que o

Brasil se transforme em uma “república de bananas” em virtude de vários desrespeitos que vem sofrendo, como a invasão da Petrobras pelo governo boliviano e a exigência do Paraguai de aumentar o preço da energia que vende produzida em Itaipu.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) perguntou se o Itamaraty está cogitando enviar de volta a Honduras o embaixador brasileiro. Mello Mourão respondeu que, como o embaixador retornou ao Brasil em virtude de o governo não reconhecer o atual presidente hondurenho, ele deverá permanecer em território brasileiro. Mourão também negou, respondendo a Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que o presidente Lula tenha negociado com Zelaya o retorno a Honduras.

Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que o Brasil deve evitar que Zelaya use a

embaixada brasileira como escritório político. Já Fernando Collor (PTB-AL) opinou que o presidente deposto Zelaya “jamais empreenderia a volta ao seu país sem ter diante de si a garantia de que poderia ser hospedado, entre aspas”. Romeu Tuma (PTB-SP) também comentou que Zelaya deve ter recebido algum apoio para conseguir retornar a Tegucigalpa.

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), a situação do ex-presidente Zelaya é atípica, já que ele não procurou a embaixada do Brasil para conseguir um salvo conduto para deixar Honduras em segurança. Ao contrário, seu objetivo é conquistar de volta o poder.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou que praticamente todos os países são unânimes na defesa do presidente deposto Manuel Zelaya.

Senadores apoiam volta de Zelaya. Heráclito faz ressalva

Vários senadores protestaram em Plenário contra o cerco feito pelo exército de Honduras à embaixada do Brasil em Tegucigalpa.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) anunciou a convocação de reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para tratar da questão. Azeredo lembrou que a embaixada do Brasil em Honduras é território brasileiro, de modo que não poderia sofrer o cerco.

Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu a atitude do governo brasileiro, que deu asilo a Zelaya, lembrando que várias lideranças brasileiras recebe-

ram asilo de outras embaixadas quando foram perseguidos por ditaduras.

Heráclito Fortes (DEM-PI) observou que se deve discutir também a forma como o governo do Brasil agiu no caso, possivelmente desrespeitando a soberania de Honduras. Ele também destacou que o caso de Zelaya é diferente de um asilo comum, uma vez que ele não estava fugindo do país, mas entrando nele.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB) também manifestaram apoio a Zelaya e ao asilo concedido pela embaixada brasileira.

Sarney vê resistência ao autoritarismo

“Nossa obrigação é não só acolhê-lo. O Brasil deve lutar para que o que aconteceu em Honduras não se repita mais”, afirmou ontem o presidente do Senado, José Sarney, sobre a situação do presidente deposto Manuel Zelaya, refugiado desde segunda-feira na embaixada brasileira em Tegucigalpa.

Sarney também disse que o presidente deposto simboliza a resistência a todo autoritarismo que possa violar as instituições democráticas. O governo hondurenho não deu até agora sinais de que aceita seu retorno e decreto toque de recolher.

Ao dar abrigo ao presidente deposto, o Brasil assumiu papel central na crise de Honduras, que inicia agora uma nova etapa. Tão logo soube do retorno de Zelaya a Honduras, o presidente Lula deu respaldo ao abrigo.

Sarney espera que não se repita o que aconteceu em Honduras

Só urnas dão legitimidade, diz Valadares

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que a embaixada brasileira em Tegucigalpa agiu de acordo com as normas institucionais internacionais ao conceder asilo a Manuel Zelaya.

Segundo Valadares, nenhum regime democrático pode contar com o respeito da comunidade internacional e nem com o apoio dos que defendem a democracia, senão através do mandato legítimo conseguido nas urnas.

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) manifestou solidariedade a Honduras, mas ressaltou que precisam ficar esclarecidas “as circunstâncias com as quais Zelaya envolveu o Brasil”. Paulo Paim (PT-RS) considerou “inaceitável” o corte de água e luz da embaixada.



Valadares: embaixada brasileira seguiu normas internacionais



Luis Fernando, Eliane Sarmento, Wilson Santarosa, João Pedro e Romero Jucá

Petrobras nega irregularidades em patrocínio; oposição discorda

Wilson Santarosa, gerente executivo de Comunicação Institucional da Petrobras, negou a existência de irregularidades e de ingerência política nos patrocínios feitos pela empresa.

Durante reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, ele afirmou ontem que a empresa de economia mista “não utiliza critérios políticos para aprovar ou deixar de aprovar patrocínios; os critérios são técnicos”.

Mas os senadores de oposição reiteraram as suspeitas de irregularidades, principalmente em parcerias que envolvem a intermediação de empresas ou organizações não governamentais (ONGs). Alvaro Dias (PSDB-PR), por exemplo, afirmou que

“algumas ONGs são aparelhos instituídos para obter recursos públicos e desviá-los”.

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) lembrou que uma ONG fundada por Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT,

acusado de envolvimento com o escândalo do mensalão) recebeu recursos da Petrobras e, posteriormente, não conseguiu comprovar os respectivos gastos – que teriam como objetivo o treinamento de agricultores familiares. Já Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) ressaltou que várias ONGs sob suspeita são vinculadas ao PT.

Alvaro Dias destacou ainda o aumento nos gastos da Petrobras com patrocínios. Segundo o parlamentar, essas despesas somaram R\$ 422 milhões entre 2000 e 2002; R\$ 895 milhões entre 2003 e 2005; e R\$ 1,34 bilhão entre 2006 e 2008.

Defesa

Wilson Santarosa respondeu

que os problemas apontados nos patrocínios estão relacionados às instituições patrocinadas, e não aos procedimentos da Petrobras.

– Não executamos os projetos que patrocinamos – declarou ele, que negou conhecer algumas das empresas sob suspeita, citadas pelos senadores, que foram patrocinadas pela estatal.

Em defesa de Santarosa, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) afirmou que o gerente de Comunicação Institucional “não tem obrigação de conhecer todas as entidades patrocinadas pela Petrobras”.

Também participaram da reunião Eliane Sarmento Costa, gerente da Área de Patrocínios, e Luis Fernando Maia Nery, gerente da Área de Responsabilidade Social.

Críticas

No início da reunião, Alvaro Dias voltou a criticar a forma como a CPI vem sendo conduzida. Ele disse que

“esse modelo inviabiliza o aprofundamento das investigações”, afirma Alvaro Dias

– Dessa forma, não se permite ao autor do requerimento justificar seu pedido nem ouvir do relator [Romero Jucá] as razões da eventual rejeição – argumentou. Alvaro acrescentou que “só se vota em bloco quando há consenso sobre os requerimentos”.

Sarney ouve reivindicações de servidores terceirizados

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu, na manhã de ontem, o presidente da Associação dos Servidores Terceirizados da Casa, Waldemiro Livingston de Souza, que o visitou em busca de apoio para os pleitos desses contratados.

No encontro, Waldemiro Livingston disse a Sarney que trabalham no Senado 3.500 servidores terceirizados, garantindo o sustento de aproximadamente 20 mil familiares.

Ele afirmou que há servidores

com até 20 anos de Casa, todos enfrentando diariamente temores de reduções salariais e de demissões.

– Viemos pedir apoio e agradecer ao presidente do Senado o que puder fazer pelos terceirizados – disse ele.

Assim como procurou Sarney, o presidente da associação pretende ter encontros com outros parlamentares, para manter um constante diálogo no que diz respeito às necessidades dos terceirizados.



Jonas Pereira

Virgílio: Brasil tem um abacaxi para descascar

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem que o Brasil “tem um abacaxi nas mãos para descascar”, agora que o presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, está abrigado na embaixada brasileira em Tegucigalpa.

– O governo brasileiro combinou isso? Porque,

se combinou isso, foi uma pioxotada diplomática imperdoável. O governo brasileiro não combinou isso? Ainda assim, tem um abacaxi nas mãos para descascar, um abacaxi terrível, porque é uma situação estranha – afirmou Virgílio.

Para o senador, o Brasil não deve romper

relações com Honduras, e o governo perdeu a oportunidade de ajudar a acabar com a crise. “Se não houve interferência do governo brasileiro, o correto é mesmo dar o abrigo, mas impedir a ação política e negociar a saída de Zelaya de lá com o governo de Honduras.”

Assessor do Ministério do Meio Ambiente afirma que grupo já chegou ao consenso de que aumento da temperatura do planeta até 2020 não poderá ser superior a 2° Celsius

Brasil define posição para a conferência em Copenhague

O GRUPO GOVERNAMENTAL responsável pela posição brasileira a ser levada à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), que ocorrerá em dezembro, em Copenhague, já chegou ao consenso de que o aumento da temperatura do planeta não poderá ser superior a 2° Celsius. A afirmação foi feita ontem pelo assessor especial para Clima e Floresta do Ministério do Meio Ambiente, Tasso Azevedo, durante audiência pública da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMCC).

Segundo Tasso Azevedo, os diversos cenários sobre o aquecimento global indicam que o conjunto de emissões de gás carbônico deverá se estabilizar em 450 partes por milhão (ppm) até 2020, o que, de acordo com as projeções, garantiria uma chance entre 40% e 50% de aumento da temperatura em somente 2° Celsius.

Virgílio Viana, diretor-executivo da Fundação Amazonas Sustentável e coordenador da reunião dos governadores da Amazônia Legal em que foram apresentadas sugestões ao presidente Lula para a COP-15, assinalou que o grupo definiu três alternativas de mecanismos para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD). Essas alternativas



Sérgio Barbosa, deputado Colbert Martins, Virgílio Viana e Tasso Azevedo

dependem do comprometimento dos países desenvolvidos com a redução das emissões de gases poluentes em 40% até 2020.

Desmatamento

Embora deputados e senadores tenham buscado obter do embaixador Sérgio Barbosa Serra uma resposta mais concreta sobre a posição a ser adotada pelo Brasil na COP-15, o representante do Ministério das Relações Exteriores procurou não ser taxativo. Disse que o país buscará forte redução do desmatamento com Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas, as chamadas Namas.

– Há grande possibilidade, na nossa visão, de ter 2° Celsius como limite máximo de aquecimento global. Os países poderão ter curvas de aquecimento variáveis. Não acredito que tenhamos

isso definido em Copenhague e nem que seja necessário definir isso lá.

Em resposta à senadora Marina Silva (PV-AC), que criticou o governo e a Câmara dos Deputados pela não aprovação da Política Nacional de Mudanças Climáticas (PL 3.535/08), o embaixador disse não ver necessidade da adoção da PNM para a convenção na Dinamarca, uma vez que já existe o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que servirá de parâmetro para o encontro.

O relator da comissão, deputado Colbert Martins, anunciou que o órgão deverá apresentar em novembro relatório preliminar com as sugestões dos parlamentares para a posição brasileira a ser apresentada em Copenhague, além de um balanço das atividades da comissão.

Lúcia Vânia: Goiás se destaca em plano de cultivo de cana

Lúcia Vânia (PSDB-GO) registrou ontem o lançamento, pelo governo federal, na semana passada, do Plano de Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, que está sendo remetido ao Congresso Nacional. A senadora explicou que seu estado deverá se destacar nesse plano, por possuir a maior área disponível para o plantio de cana-de-açúcar no Brasil.

– Ao todo, serão 12,6 milhões de hectares que irão colocar Goiás, que hoje é o quarto produtor, à frente de estados tradicionais no plantio de cana, como Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo – destacou.

Lúcia Vânia, porém, afirmou



Senadora registra novo zoneamento ambiental da cana-de-açúcar

que o Congresso precisa estar atento para o risco da monocultura. Para a senadora, as alterações no plano de cultivo devem ser “acompanhadas com lupa”.

Oswaldo Sobrinho: MT teme restrição a usinas de álcool

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) afirmou que empreendedores, trabalhadores e políticos de Mato Grosso estão preocupados com decreto presidencial, que está na iminência de ser publicado, proibindo a implantação de projetos industriais de usinas de álcool e açúcar, e a expansão do plantio de cana-de-açúcar na bacia do Alto Paraguai e no bioma amazônico. O senador pediu ao governo que não impeça a implementação de projetos já em andamento nos órgãos ambientais do estado.

– Se o diploma legal em apuro vier de fato a ser editado na forma extremamente restritiva que vem sendo anunciada,



Sobrinho afirma que decreto pode abortar projetos já em andamento

ficariam inviabilizadas até mesmo essas unidades produtoras cujas licenças provisórias já foram requeridas – advertiu o parlamentar.

Alerta a ministro sobre degradação do Araguaia

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) voltou, ontem, a chamar a atenção do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para o processo de destruição do rio Araguaia, em consequência da ação de enormes dragas que atuam na extração ilegal de diamantes.

O parlamentar lembrou que discutiu a situação do rio em encontro que manteve com Minc, segundo o qual até julho deste ano seriam tomadas providências para impedir a devastação. Mas até o momento, segundo o senador, nenhuma iniciativa foi registrada em favor do rio, que já reúne mais de 50 dragas em uma área de *cânion* de formação geológica única.

Demostenes pediu que o mi-



Demostenes pede que Carlos Minc vá à região para impedir ação de garimpeiros

nistro vá pessoalmente ao rio Araguaia como forma de marcar a presença do Estado na região e impedir a ação continuada dos garimpeiros, que não são incomodados nem mesmo pelos fiscais do Ibama.

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o senador disse achar estranho o empenho de Minc em fazer discursos em espetáculos musicais, enquanto a região do rio Araguaia padece com a falta de fiscalização, “o que faz aumentar a crença dos criminosos na impunidade”.

– O que aconteceu com Minc? Do que terá medo o ministro Minc? Essa é a pergunta. O Araguaia é uma região completamente distinta no Brasil, não suporta garimpo com dragas. Vejo Minc de madrugada defendendo uma série de situações em *show de reggae*, e ele não pode ir ao Araguaia por quê? – indagou.

Em aparte, ele recebeu apoio de Jefferson Praia (PDT-AM) e Mário Couto (PSDB-PA).

César Borges cobra medidas para conter violência na Bahia

César Borges (PR-BA) cobrou mais uma vez, da tribuna, providências ao governo da Bahia para conter a onda de violência que afeta o estado, sobretudo Salvador, a capital. O parlamentar assinalou que o medo dos bandidos está fazendo com que alguns bairros de Salvador fiquem sem atendimento de carteiros, agentes de saúde e motoboys, enquanto em algumas escolas públicas criminosos estariam interferindo na aprovação ou reprovação de alunos.

– Trago essas questões aqui num apelo veemente. O baiano está atemorizado. Ele perdeu a conquista maior, que é a liberdade de ir e vir: tem medo de sair



César Borges: “Isso para mim é falta de gestão, de capacidade operacional”

à noite; não se visitam mais os vizinhos e parentes com medo de assaltos. Isso nunca foi visto. Isso para mim é falta de gestão, de capacidade operacional, de determinação – criticou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1° Vice-Presidente: Marconi Perillo
2° Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1° Secretário: Heráclito Fortes
2° Secretário: João Vicente Claudino
3° Secretário: Mão Santa
4° Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Serys Slhessarenko • Paulo Paim • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20° andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Papaléo critica proposta de taxar poupança



Papaléo Paes

A proposta do governo federal de taxar as cadernetas de poupança com saldos superiores a R\$ 50 mil recebeu ontem críticas de Papaléo Paes (PSDB-AP).

– A classe média e os usuários da caderneta de poupança estão apreensivos com a possibilidade de mais um confisco de suas pequenas economias – assinalou.

O senador afirmou que o pequeno poupador brasileiro tem um futuro nada animador pela frente: o governo federal propôs a taxação das poupanças com saldos superiores a R\$ 50 mil a partir de 2010.

Em aparte, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que a iniciativa do governo está preocupando milhões de brasileiros.

Serys ressalta avanços sociais do governo Lula



Serys Silhessarenko

Cerca de 32 milhões de brasileiros subiram de classe social entre 2003 e 2008, destacou Serys Silhessarenko (PT-MT). Os índices de avanços sociais que constam de estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), oriundo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), foram enumerados por Serys. “O governo do presidente Lula passará para a história como detentor do mais ousado programa social já implementado por um governante”, disse.

A senadora ainda anunciou que vai apresentar em breve à Comissão de Justiça (CCJ) seu relatório ao projeto (PLS 303/08) de Lúcia Vânia (PSDB-GO) que propõe a criação do Banco de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.



Reunião da Comissão de Educação é presidida por Flávio Arns (D)

Projeto estimula integração da universidade com educação básica

O envolvimento da universidade com a educação básica deve ser um dos objetivos do ensino superior, conforme projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). A proposta, que tramita em caráter terminativo, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) com a finalidade de democratizar e melhorar a educação básica a partir da sua aproximação com o nível superior.

Cristovam Buarque explicou que a educação superior deve atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de

profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e de desenvolvimento de atividades de extensão que integrem os dois níveis educacionais.

Para o relator *ad hoc* do PLS 258/08, Adelmir Santana (DEM-DF), a proposta poderá diminuir a dívida social do país em relação à educação. Na opinião de Rosalba Ciarlini (DEM-RN), é fundamental que as universidades cumpram seu papel social, empreendendo um mutirão para atender as crianças e garantindo educação de qualidade desde a pré-escola.

– Isso fará diferença à medida que forem ficando mais difíceis as etapas educacionais – disse.

Garantias à candidatura do Rio a sede das Olimpíadas de 2016

Projeto que cria o Ato Olímpico, para conceder garantias à candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos de 2016, foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa. A escolha da cidade que será sede dos jogos vai ser anunciada pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) em 2 de outubro.

A proposta (PLC 128/09) autoriza a destinação de recursos para cobrir eventuais déficits operacionais do comitê organizador do evento. Inclui ainda previsão para que o governo possa rever instrumentos bilaterais e unilaterais para dispor com maior liberdade de bens e

equipamentos pertencentes à União que sejam indispensáveis aos jogos.

O texto também determina a suspensão de contratos públicos em aeroportos e áreas federais de interesse dos jogos durante o período das competições. O relator da matéria na CE foi Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Preparado pelo governo, o projeto foi aprovado pela Câmara e, no Senado, passou por cinco comissões.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) explicou que os estrangeiros vinculados à realização dos jogos terão dispensa de visto para entrar no Brasil. No entanto, ele disse que essa isenção não inclui turistas.

Casagrande garante que Lei Maria da Penha será mantida

Relator das mudanças no Código de Processo Penal anuncia que os ritos processuais para casos de violência doméstica serão os previstos na lei de 2006, mais ágeis

RENATO CASAGRANDE (PSB-ES), relator da Comissão Temporária da Reforma ao Código de Processo Penal, anunciou que vai acrescentar no projeto que trata das mudanças no código os ritos hoje previstos na Lei Maria da Penha. O compromisso foi assumido ontem, durante rodada de debates na comissão.

Pelo projeto (PLS 156/09), os processos perderiam as condições especiais que a Lei Maria da Penha introduziu para reduzir a impunidade dos agressores. Para o relator, o grupo de juristas que elaborou o projeto não teve intenção de promover um retrocesso, mas houve uma falha. Com a Lei Maria da Penha, desde

2006 a denúncia de casos de violência doméstica ficou mais ágil. Quando há lesão corporal grave ou gravíssima, a abertura do processo é de iniciativa do Ministério Público, por meio de ação civil pública – formato que Casagrande deve preservar.

Também foi tema do debate o objetivo de redução dos recursos que hoje atrasam o julgamento das ações, muitas vezes até a extinção da punibilidade do réu. A ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Maria Thereza Rocha Moura afirmou que o projeto é contraditório. Segundo ela, houve de fato restrições, em alguns estágios do processo, mas também abertura para outros

recursos em determinadas situações. Ela apontou a necessidade de fixar de forma mais objetiva o significado de termos do texto, evitando diferentes interpretações por parte dos juizes.

Casagrande deve apresentar o relatório no início de outubro.



Jonas Pereira



Marli Ferreira, Maria Thereza Moura, Flávio Torres, Denilson Pacheco e José Robalinho Cavalcanti. Ao alto, Casagrande

Mais autonomia do magistrado sobre prazos

Maior autonomia do juiz no que diz respeito aos prazos do processo penal foi defendida pelo procurador da República José Robalinho Cavalcanti. Integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Cavalcanti participou ontem, no Senado, de audiência pública da Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal.

No debate em torno da proposta de novo código (PLS 156/09), o procurador disse que

o prazo atual de 180 dias para prisão preventiva não pode ser considerado longo em determinadas circunstâncias. Investigações de crimes de tráfico, com envolvimento de vários estados, exemplificou, podem exigir mais tempo.

O representante do CNMP também pediu que o Senado não acate a sugestão de eliminar a prisão preventiva para maiores de 70 anos de idade. Se isso acontecer, conforme alertou, poderá haver um “recru-

tamento em massa de velhinhos para servir ao tráfico”.

Já o procurador Denilson Feitoza Pacheco, representando o Conselho Nacional de Procuradores de Justiça, propôs a adoção apenas parcial do instituto do juiz de garantias – que participa das investigações, mas não profere a sentença judicial. Obrigar todas as comarcas do país a ter dois magistrados é inviável, especialmente nas cidades do Centro-Oeste, Nordeste e Norte, sustentou ele.

Ideli destaca aumento de escolas técnicas no país



Ideli Salvatti

Ao registrar a comemoração, hoje, dos cem anos do ensino profissionalizante no Brasil, inclusive com sessão solene do Congresso Nacional, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou a importância dessa modalidade de ensino, “que socializa o conhecimento e prepara o jovem para a vida e para a profissão”.

Destacando que somente no governo Lula foram inauguradas 87 escolas técnicas federais, Ideli anunciou que, até o final de 2010, deverá haver 354 unidades profissionalizantes federais em todo o país. Para efeito de comparação, a senadora observou que entre 1909, no governo Nilo Peçanha, e 2005 foram construídas 140 escolas técnicas federais.

Cavalcanti: prioridade para segurança na Paraíba



Roberto Cavalcanti

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) cobrou, da tribuna, a adoção de medidas capazes de reduzir a violência no Brasil e, especialmente, em seu estado. O senador fez um apelo ao governador da Paraíba, José Maranhão, para que a segurança pública seja encarada como prioridade.

De acordo com Cavalcanti, que citou dados dos ministérios da Justiça e da Saúde, em 2006 houve 21,5 assassinatos no estado para cada grupo de 100 mil habitantes, índice superior, por exemplo, ao de São Paulo, que é de 19,4 por 100 mil habitantes. O índice nacional, de acordo com o senador, é de 25,7 por 100 mil habitantes, o sexto maior numa lista de 83 países.

Quatro comissões realizam audiência sobre projeto que regulamenta a clonagem de animais. Pesquisadores salientam a importância da técnica na produção pecuária



Meirelles (D), em debate com Cosette Barrabás (E), Beronete Barros, Rodolfo Rumpf, senador Valter Pereira e Carlos Cristo

Animal clonado não oferece risco à saúde, diz especialista

ANIMAIS CLONADOS NÃO oferecem riscos à saúde humana nem à atividade pecuária. A afirmação foi feita ontem pelo doutor em genética e professor da Universidade de São Paulo (USP) Flávio Meirelles. Ele participou da audiência pública de quatro comissões na qual se discutiu o projeto de lei (PLS 73/07), que regulamenta a clonagem de animais no país.

Flávio explicou que a clonagem já é legalizada no Brasil, onde há 35 empresas desenvolvendo fecundação *in vitro*, mais de uma centena de animais clonados e milhares de descendentes, principalmente por conta da importação de sêmen de touros clonados. Ele disse ainda que a clonagem é uma ferramenta importante para o futuro do Brasil, país que tem o segundo maior rebanho bovino no mundo, com destaque na exportação de carne.

Doutor em veterinária, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e membro da Comissão

Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio), Rodolfo Rumpf ressaltou que a clonagem é importante porque garante a variabilidade genética dos animais, inclusive de espécies em extinção.

O secretário interino de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Carlos Cristo, também se posicionou a favor da regulamentação da clonagem, principalmente como incremento às exportações de carne bovina.

Na opinião da diretora substituta de Biodiversidade e Florestas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), Cosette Barrabás da Silva, é preciso aprofundar a discussão sobre o projeto, principalmente com relação à fauna nativa.

A chefe da Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Beronete Araújo, fez sugestões para melhorar o projeto. A

primeira delas é prever que o registro das clonagens seja feito somente no ministério, que se encarregaria de ouvir os outros segmentos envolvidos na questão.

O relator do projeto na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Gilberto Goellner (DEM-MT), defendeu a regulamentação da clonagem.

– Já temos uma lei sobre a clonagem. O que precisamos agora é de uma regulamentação para aprimorar ainda mais o desenvolvimento da atividade comercial, de importação e de produção de clones no país, bem como na área da pesquisa científica, da medicina e do desenvolvimento do setor – observou.

O projeto, da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), foi discutido em reunião conjunta, além da CCT, das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Gerontólogo lembra dever de denunciar violência contra idosos

O gerontólogo social João Batista de Medeiros lembrou o artigo 6º do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), que trata dos maus-tratos aos mais velhos: “Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento”. A afirmação foi feita ontem em audiência pública na Subcomissão Permanente do Idoso sobre a violência contra essa faixa etária e a necessidade de priorizá-la. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Medeiros observou que o estatuto estabelece como obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso cidadania, dignidade e respeito à convivência familiar e comunitária. Ele informou que 99% dos idosos brasileiros vivem com a família e apenas um por cento está em

asilos.

Após a fala do palestrante, o presidente da subcomissão, senador Paulo Paim (PT-RS), fez um apelo a empresários da iniciativa privada, sindicatos, vereadores, governadores, a bancos estatais como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros, para que reproduzam e divulguem o Estatuto do Idoso.

Ao final da audiência, foi dada a palavra aos idosos presentes. Vera Terezinha da Silva lembrou que o Distrito Federal recentemente implantou o serviço Disque Idoso, que já funciona em diversos estados, para receber denúncias de maus-tratos.

O presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul, Carlos Coelho, ressaltou a importância de ensinar o respeito aos idosos desde a idade pré-escolar, de modo a evitar o hiato existente entre as gerações.



Paulo Paim (E) e Medeiros em audiência na Subcomissão do Idoso, da CDH

Paim celebra dia de luta das pessoas com deficiência

O Brasil comemorou na segunda-feira o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. A data foi lembrada em discurso do senador Paulo Paim (PT-RS). O parlamentar, autor do projeto que deu origem à comemoração, fez uma saudação aos cerca de 24 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência e elogiou o trabalho dos movimentos de apoio a essas pessoas.

Paim também manifestou otimismo em relação à aprovação da proposta de criação do Estatuto do Deficiente, já votado no Senado e “em vias de aprovação pela Câmara dos Deputados”. Ele disse que a aprovação do pro-

jeito deve melhorar a assistência às pessoas com deficiência e suas famílias. Atualmente, só recebem benefícios da Previdência Social famílias com renda *per capita* de até um quarto de salário mínimo. A proposta garante o benefício para todas as famílias com pessoas com deficiência necessitadas.

O senador também abordou o lançamento de empreendimentos rodoviários no Rio Grande do Sul. Paim saudou o fato de o governo federal disponibilizar R\$ 2,5 bilhões em quatro projetos viários, com destaque para a BR-448, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Mozarildo elogia suplemento da revista Veja sobre a Amazônia

Reportagem publicada esta semana pela revista *Veja* a respeito dos habitantes da Amazônia recebeu elogios de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Em discurso, o senador salientou ontem que a imprensa comumente aborda animais e a vegetação da região, desconsiderando os 25 milhões de brasileiros que vivem na região.

Mozarildo, que preside a Subcomissão da Amazônia, informou que o colegiado está elaborando sugestões que insiram a Amazônia nas prioridades do governo federal. Ele defende que a preparação do plano seja feita por pessoas que vivem na



Senador diz que imprensa em geral ignora os habitantes da região

região e não por quem se diz especialista em Amazônia, mas não conhece seus problemas pessoalmente.



Sadi Cassol é o primeiro senador do PT a representar o Tocantins

Sadi Cassol assume no lugar de Quintanilha

Tomou posse ontem o senador Sadi Cassol (PT-TO), que exercia o cargo de ouvidor-geral da prefeitura de Palmas. Cassol ocupa o lugar do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que pediu licença para assumir o cargo de secretário de Educação do Tocantins.

Em seu primeiro pronunciamento, Cassol disse se sentir honrado por ser o primeiro senador do PT a representar o estado do Tocantins e ressaltou a importância do Senado. Fez um breve relato de sua vida pública, iniciada aos 21 anos, quando se elegeu vereador no município de Ibiraiaras (RS).



Mário Couto defende investigação no órgão que cuida de estradas

Mário Couto cobra instalação da CPI do Dnit

O senador Mário Couto (PS-DB-PA) voltou a pedir ontem ao presidente do Senado, José Sarney, que cobre dos líderes partidários as indicações dos integrantes de comissão parlamentar de inquérito para investigar suspeitas de irregularidades no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Sarney disse que até agora apenas o PTB indicou seus representantes e que vai reiterar a solicitação aos demais partidos.

A CPI foi criada em junho, mas não foi instalada em virtude de acordo de líderes para viabilizar a CPI da Petrobras.



Adelmir Santana relata participação em seminário em Natal

Adelmir registra homenagem a José Agripino

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) registrou a realização de um seminário sobre gestão municipal na última sexta-feira, em Natal, durante o qual o senador José Agripino (DEM-RN) foi homenageado pelos seus 30 anos de vida pública.

Adelmir Santana disse que ficou impressionado com as relações políticas e de amizade mantidas pelo líder do DEM no Senado com as lideranças presentes ao evento, independentemente de suas posições políticas. Em aparte, Agripino agradeceu a “generosidade” de Adelmir.